



Avaliação Externa das Escolas
Relatório de escola

**Escola Secundária de
Rocha Peixoto – Póvoa
de Varzim**

Delegação Regional do Norte da IGE
Datas da visita: 18 a 19 de Novembro de 2009

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa.

Após a realização de uma fase-piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho Conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao programa nacional de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da Escola Secundária de Rocha Peixoto – Póvoa de Varzim - realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre 18 e 19 de Novembro de 2009.

Os capítulos do relatório – *Caracterização da Escola, Conclusões da avaliação por domínio, Avaliação por factor e Considerações finais* – decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pelo Agrupamento, será oportunamente disponibilizado no sítio da IGE na área

[Avaliação Externa das Escolas 2009-2010](#)

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Secundária de Rocha Peixoto situa-se na cidade e concelho da Póvoa de Varzim, distrito do Porto e é frequentada, maioritariamente, por alunos provenientes da cidade e das freguesias rurais do concelho da Póvoa de Varzim, muito embora acolha, também, alunos oriundos dos concelhos limítrofes, nomeadamente Vila do Conde, Esposende e Maia.

A funcionar em instalações inauguradas em 1962, e inicialmente vocacionada para o ensino técnico, a **Escola** foi integrada, em 2008, no Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário, encontrando-se, actualmente, em fase final de requalificação. Aos espaços outrora existentes, e agora requalificados, que integravam laboratórios científicos, tecnológicos e oficinais, biblioteca/centro de recursos, passa a juntar outros, designadamente anfiteatros, auditório e pavilhão gímnadesportivo. A estes espaços acresce, ainda, uma piscina mandada construir em 2004 e cujos encargos financeiros foram suportados através de receitas próprias.

Com uma população escolar de 1461 alunos distribuídos pelo ensino básico (14,8%) e pelo ensino secundário (85,2%), a Escola apresenta uma oferta educativa/formativa que, no ensino básico, integra o ensino regular e a educação e formação de adultos e, no ensino secundário, o ensino regular (cursos científico-humanísticos e tecnológicos), os cursos profissionais, o ensino recorrente e a educação e formação de adultos.

Nos últimos três anos lectivos tem vindo a aumentar o número de alunos subsidiados pelos serviços de acção social escolar (SASE). No presente ano lectivo, 40% dos alunos da Escola beneficiam de auxílios económicos (57% integrados no escalão A e 43% no escalão B). Do total dos alunos da Escola, 73,6% têm computador e internet em casa, 15,1% têm computador mas não têm internet, 11,3% não têm computador.

Conhecem-se as profissões de 62,6% dos pais dos alunos da Escola e, destes, a distribuição pelas diferentes categorias profissionais é a seguinte: Operários, artífices e trabalhadores da indústria (36%), Quadros Superiores, dirigentes e Profissões Intelectuais (21,5%), Serviços e Comércio (21,2%), Trabalhadores não qualificados (8,3%), Técnicos e profissões de nível intermédio (7,7%), Agricultura e trabalho qualificado da Agricultura e Pesca (5%) e Outra (0,3%). Conhecem-se, ainda, as habilitações académicas de 95,8% dos pais e, destes, 76,1% apresentam formação a nível do ensino básico, 14,2% do secundário, 9,6% do superior e 0,1% não têm habilitações académicas.

A Escola dispõe de 190 professores, dos quais 25% são contratados. Relativamente ao pessoal não docente, para além de 1 psicólogo, 2 profissionais de reconhecimento e validação de competências e de 1 técnico de diagnóstico e encaminhamento, prestam serviço na Escola 13 assistentes técnicos e 41 assistentes operacionais. Para colmatar necessidades, prestam, ainda, serviço não docente mais 12 elementos (2 a desempenhar funções de assistente técnico e 10 de assistente operacional) colocados pelo Centro de Emprego da Póvoa de Varzim, ao abrigo do “Contrato Emprego Inserção Mais”.

III – CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. Resultados

Bom

Nos últimos três anos lectivos, as taxas de transição referentes ao ensino regular (básico e secundário) evidenciam uma notória melhoria em 2007/08 relativamente ao ano anterior e uma inversão dessa tendência no ano lectivo seguinte (2008/09). Pese embora este facto, em 2008/09, as taxas de transição da Escola foram, no ensino regular, globalmente superiores aos valores nacionais. No que concerne aos exames nacionais do 9.º ano de escolaridade, nos dois últimos anos lectivos a Escola obteve valores superiores aos nacionais na disciplina de Matemática, enquanto na disciplina de Língua Portuguesa, em 2008, se situaram ligeiramente abaixo dos valores nacionais e iguais a estes em 2009. Relativamente às disciplinas que constituem a amostra dos resultados dos exames do 12.º ano, em Português e História os resultados obtidos em 2009 situaram-se abaixo dos valores nacionais, invertendo a situação registada em 2007 por ambas as disciplinas e, no caso da História, também em 2008. Na disciplina de Matemática os resultados obtidos em 2007 e 2009 situaram-se acima dos valores nacionais.

As taxas de abandono no ensino básico têm vindo a evoluir favoravelmente, ao contrário do ensino secundário que ainda não apresenta uma tendência generalizada de diminuição.

A Escola preocupa-se em promover um espírito de corpo e sentido de pertença, não obstante existir um défice de participação formal dos alunos, o que é compensado, de certa forma, com o envolvimento em projectos/actividades com impacto no seu desenvolvimento cívico.

Os alunos conhecem as regras de funcionamento da Escola. Pese embora a existência de um número significativo de incidentes críticos de natureza disciplinar, a actuação preventiva, quer dos directores de turma quer da direcção, tem vindo a contribuir para que não se tenham verificado situações graves nos últimos anos.

A valorização e o impacto das aprendizagens são factores determinantes para a diversificação da oferta educativa/formativa. Esta oferta traduz-se num conjunto alargado de cursos orientados para diferentes destinatários, procurando efectivar-se uma “Oferta Educativa para Todos” (jovens e adultos) em coerência com o lema do seu Projecto Educativo “Uma Escola de Todos para Todos”.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

A articulação intra departamental e a eficiência da coordenação e supervisão pedagógicas são garantidas pelas estruturas intermédias, de forma sistemática, pese embora, ao nível inter departamental, a articulação se evidenciar inconsistente na promoção articulada dos programas e no combate ao insucesso. Existe, por parte dos coordenadores, capacidade de liderança e um conhecimento das situações de sucesso e insucesso nas diferentes áreas/disciplinas, todavia, ao nível das estruturas não foram ainda definidas metas claras e mensuráveis e planos de melhoria globais.

A supervisão da prática lectiva está também assegurada, de forma indirecta, pelas estruturas intermédias, não existindo mecanismos generalizados e sistemáticos de observação e acompanhamento dos docentes em contexto de sala de aula. Embora se disponibilize apoio, sempre que necessário, não existe um plano formal de acompanhamento para a superação de eventuais dificuldades na relação pedagógica, ou de outros problemas de carácter didáctico. Constituem ainda domínios claramente assumidos pelas estruturas intermédias de coordenação e supervisão pedagógica, a elaboração e aplicação de critérios de avaliação (configuração da avaliação), a aplicação de testes de monitorização nas disciplinas de cariz mais teórico e a análise dos resultados escolares.

A Escola, como forma de responder às necessidades de uma população escolar muito heterógenea, disponibiliza uma diversidade de serviços e de modalidades de apoio, sem que, todavia, se conheça com rigor e objectivamente o impacto das mesmas no combate ao insucesso.

Um dos pontos fortes da Escola constitui a abrangência e diversidade da oferta formativa e a aposta em projectos e actividades de índole social, desportivo, científico, cultural e artístico. O envolvimento e consequente reconhecimento do trabalho e mérito dos alunos têm contribuído para a promoção de uma cultura de exigência e de crescente profissionalismo.

3. Organização e gestão escolar

Bom

É notória a coerência e a articulação entre os diferentes documentos de orientação educativa. Decorrente dos princípios enunciados no Projecto Educativo, o planeamento de uma oferta educativa/formativa diversificada procura dar resposta a diferentes necessidades e expectativas.

O Projecto Educativo expressa claramente que a Escola deverá ser uma “Escola de Todos para Todos” orientando a sua actividade para a promoção da qualidade, da solidariedade, da integração, da cidadania e da democracia.

A direcção aposta numa gestão maximizada dos recursos humanos, assente nas competências pessoais e profissionais, apesar de não ter sido definido ainda, explicitamente, um plano interno de acompanhamento do desempenho profissional e de formação, para dar resposta às dificuldades sinalizadas. Em resultado da inadequação de alguns espaços e equipamentos, a Escola foi objecto de intervenção no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar, situação que provocou alguns constrangimentos no seu normal funcionamento.

A Escola manifesta iniciativa de angariação de receitas próprias. Tal facto tem permitido a viabilização de projectos, alguns deles com grande impacto na comunidade educativa.

Em resultado das iniciativas da Escola e do dinamismo evidenciado pela Associação de Pais, o nível de participação e de envolvimento destes actores sociais na vida escolar faz sentir-se de forma regular, quer nos órgãos onde têm assento quer em iniciativas levadas a efeito ao longo do ano lectivo.

Os princípios de equidade e justiça têm expressão no Projecto Educativo e na concretização de actividades que procuram promover a igualdade de oportunidades.

4. Liderança

Bom

Decorrente de um Projecto Educativo cujo lema é “Uma Escola de Todos para Todos”, a Escola estabeleceu como prioridade a diversificação da oferta educativa/formativa com o propósito de conciliar as necessidades com as expectativas dos alunos e das famílias. Em termos do seu desenvolvimento futuro pretende consolidar esta opção e reforçar a qualidade do serviço prestado. Pese embora este propósito, ainda não se revela notória, nos diferentes documentos estruturantes da sua actividade, a definição, hierarquização e calendarização dos objectivos, bem como a definição de metas claras, quantificáveis e avaliáveis.

Os responsáveis da Escola e das diferentes estruturas conhecem bem as respectivas áreas de acção e revelam, a par com docentes e não docentes, motivação e empenho para o desenvolvimento das tarefas. A direcção empenha-se na mobilização e responsabilização dos diferentes actores – embora nem sempre com sucesso junto dos alunos no que concerne à participação na vida escolar – e recorre a diferentes meios/suportes para assegurar os processos de comunicação/informação.

A Escola tem vindo a promover a integração das tecnologias de informação e comunicação (TIC) quer no ensino e na aprendizagem, quer na gestão e na segurança. Perante alguns problemas identificados pela comunidade escolar, tem procurado encontrar respostas inovadoras e adequadas. Na permanente procura de mais-valias, tem vindo a estabelecer uma multiplicidade de parcerias e protocolos com instituições públicas e privadas que concorrem para a concretização do seu projecto educativo, bem como com um conjunto alargado de empresas e instituições que asseguram a formação em contexto de trabalho no âmbito dos cursos de natureza profissionalizante.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola

Suficiente

A auto-avaliação da Escola assenta fundamentalmente no trabalho desenvolvido por uma Comissão de avaliação interna, cuja composição evidencia para além da mobilidade dos docentes que a integraram, a falta de representatividade de outros sectores da comunidade educativa. Quanto ao impacto do trabalho desenvolvido no processo de auto-regulação da Escola, ficou bem patente a ausência de uma orientação clara e da definição de objectivos e prioridades na identificação dos domínios de intervenção. Sendo certo que a sua acção tem incidido, fundamentalmente, no tratamento estatístico e sistematização de dados dos resultados escolares, mesmo neste âmbito, não foi produzido qualquer relatório analítico, o que não permitiu identificar claramente os pontos fortes e fracos, que contribuíssem para a elaboração de planos de melhoria consistentes e globais.

Não obstante a Escola possuir um conhecimento empírico e sectorial do seu desempenho e se reconheça o esforço na melhoria da prestação do serviço educativo, as debilidades, que o actual processo de auto-avaliação evidencia, comprometeram a possibilidade de definir uma clara estratégia de sustentabilidade do progresso.

IV – AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

A Escola procede de forma sistemática à monitorização dos resultados académicos e das situações de abandono e desistência. Em termos de evolução dos resultados académicos nos últimos três anos lectivos, as taxas de transição referentes ao ensino básico e secundário regulares evidenciam uma notória melhoria em 2007/08 relativamente ao ano anterior e uma inversão desta tendência no ano lectivo seguinte (2008/09). Com efeito, no ano lectivo 2007/08, apenas o 11.º ano do curso Tecnológico e o 12.º ano do curso Científico-Humanístico apresentaram taxas de transição/conclusão inferiores às verificadas no ano lectivo anterior.

Situação inversa é verificada em 2008/09 em que, com excepção do 9.º ano e do 10.º ano do curso Científico-Humanístico, a totalidade dos anos de escolaridade apresenta taxas de transição inferiores às verificadas no ano lectivo anterior (2007/08). Pese embora este facto, em 2008/09, as taxas de transição da Escola foram, no ensino regular, globalmente superiores aos valores nacionais. No 3.º ciclo do ensino básico, a taxa de transição/conclusão da Escola situou-se em 88,8% face ao valor nacional de 85,1% e no ensino secundário, as taxas verificadas nos cursos Científico-Humanístico (83,7%) e Tecnológicos (79,4%) também se situaram acima dos valores nacionais (77,6% e 75,1%, respectivamente). Apenas contrariaram esta tendência o 11.º anos do curso Científico-Humanístico (taxa de transição de 82,6% para um valor nacional de 86,2%) e o 11.º ano do curso Tecnológico (86,9% para um valor nacional de 88,5%).

No triénio 2006-2009 a média das classificações finais dos cursos profissionais situou-se em 13,2 valores.

No que concerne aos exames nacionais do 9.º ano de escolaridade, nos dois últimos anos lectivos a Escola obteve valores superiores aos nacionais na disciplina de Matemática, enquanto na disciplina de Língua Portuguesa, em 2008, se situaram ligeiramente abaixo dos valores nacionais e iguais a estes em 2009. Relativamente às disciplinas que constituem a amostra dos resultados dos exames do 12.º ano, em Português e História os resultados obtidos em 2009 (10,6 e 10,2 valores, respectivamente) situaram-se abaixo dos valores nacionais (11,7 valores em ambas as disciplinas), invertendo a situação registada em 2007 por ambas as disciplinas e, no caso da História, também em 2008. Na disciplina de Matemática, a Escola obteve em 2009 a média de 13,3 valores para uma média nacional de 11,7 valores. Em 2007, nesta disciplina, os resultados do exame também se situaram acima dos valores nacionais.

Com base na monitorização dos resultados, a Escola procura implementar estratégias de melhoria. No ensino básico, no ano lectivo de 2008/09, foram implementados planos de recuperação e de acompanhamento com taxas de sucesso de 76% e 69%, respectivamente.

As taxas de abandono no ensino básico têm vindo a evoluir favoravelmente, apresentando valores nulos nos 7.º e 9.º anos de escolaridade. No ensino secundário, as taxas de desistência ainda não apresentam tendência generalizada de diminuição, carecendo de maior atenção da Escola (nos cursos Tecnológicos, de 2007/8 para 2008/09, verificou-se um agravamento em todos os anos de escolaridade).

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

A participação dos alunos na vida da Escola é escassa. A sua participação formal é assegurada, embora sem carácter regular, nos órgãos e estruturas em que têm assento. As assembleias de delegados de turma ainda não são entendidas pela generalidade dos alunos como fóruns de reflexão e de debate sobre questões relevantes da vida da Escola. É, na opinião dos alunos, nas direcções de turma onde a sua participação é mais notória. Com efeito, através de um espaço de diálogo permanente com o respectivo director de turma, os alunos são convidados a apresentarem propostas/sugestões sobre os diferentes aspectos da vida da Escola e, também aí, são informados de tudo aquilo que lhes diz respeito.

Pese embora a tentativa dos responsáveis da Escola, é manifesta a ausência de interesse e empenho, por parte dos alunos, em eleger a Associação de Estudantes, sendo vista como “um problema recorrente” porque “todos os anos é criada uma comissão eleitoral, forma-se a associação e no fim do ano acaba”, dado que “são os alunos do 12º ano que mais se interessam”, não ficando, deste modo, garantida a continuidade.

A incipiente participação formal dos alunos na vida da Escola é, de certa forma, compensada com o envolvimento em projectos/actividade com impacto no seu desenvolvimento cívico. Realçam-se os que decorrem das áreas de Formação Cívica e Área Projecto e aqueles de mobilização mais abrangente, que implicam o assumir de responsabilidades por tarefas concretas, designadamente, o Dia da Escola e as iniciativas solidárias do Gabinete de Acção Social

1.3 Comportamento e disciplina

No discurso dos diferentes actores da comunidade educativa é clara a existência na Escola de um código de conduta extraído das normas do Regulamento Interno, bem como o esforço dos responsáveis para que o mesmo seja respeitado pelos alunos. Porém, não obstante o decréscimo registado de 2007/08 para 2008/09, os incidentes críticos de natureza disciplinar (e.g., comportamentos agressivos, vocabulário indecoroso, carteiras riscadas) continuam a manifestar-se de forma significativa - em 2008/09, só no 3.º CEB, foram contabilizados

357 casos - originando, no último ano lectivo, um número aproximado de 50 processos disciplinares. Decorrente desta problemática, a Escola sentiu necessidade de se (re)organizar, dispondo actualmente de uma assessoria de apoio jurídico (no âmbito da acção disciplinar) e de um designado “Grupo de Gestão das Incidências e Instrução Disciplinar”. Com o objectivo de combater esta realidade, a Escola tem vindo a reforçar uma actuação preventiva, que encontra tradução na ideia expressa de que “exerce-se pressão nas pequenas coisas” com particular, ênfase para a actuação “em primeira instância” dos directores de turma, sobretudo quando os alunos entram pela primeira vez na escola (7º e 10º anos), o que contribui para que não se tenham verificado situações graves nos últimos anos.

De acordo com a comunidade escolar, as situações de indisciplina são devidamente sinalizadas e encaminhadas, não pondo em causa, numa perspectiva global, a existência de um bom relacionamento entre alunos, docentes e não docentes. Com o objectivo de fomentar o bom ambiente educativo, a Escola discrimina positivamente o bom comportamento dos alunos (e.g., atribuição do prémio de mérito).

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

A valorização e o impacto das aprendizagens são factores determinantes para a diversificação da oferta educativa/formativa. Esta oferta traduz-se num conjunto alargado de cursos orientados para diferentes destinatários, procurando efectivar-se uma “Oferta Educativa para Todos” em coerência com o lema do seu Projecto Educativo “Uma Escola de Todos para Todos”. Indo ao encontro deste propósito, a Escola, no ensino básico, oferece cursos do ensino regular e de educação/formação de adultos e, no ensino secundário, cursos científico-humanísticos, tecnológicos, profissionais, ensino recorrente, cursos de educação e formação de adultos e, ainda, a certificação de adultos no âmbito do Centro de Novas Oportunidades.

Com a diversificação da oferta educativa/formativa a Escola procura, por um lado, atender às expectativas dos alunos e famílias e, por outro, às necessidades identificadas no contexto do tecido empresarial local e regional. Nesta perspectiva, no ensino secundário, os cursos científico-humanísticos apresentam-se vocacionados, preferencialmente, para o prosseguimento de estudos, enquanto que os cursos de natureza profissionalizante se destinam a uma população escolar que pretende obter uma qualificação profissional facilitadora de uma mais célere inserção no mercado de trabalho. Complementam esta oferta educativa/formativa os cursos de educação e formação de adultos e a certificação no âmbito do Centro de Novas Oportunidades.

O “Quadro de Excelência”, as actividades levadas a efeito no Dia da Escola, a exposição e divulgação de trabalhos e as publicações periódicas (revista e jornal da Escola) evidenciam ainda a importância que a Escola atribui à valorização das aprendizagens.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

A articulação intra departamental e a eficiência da coordenação e supervisão pedagógicas são garantidas, através de uma organização flexível destas estruturas e da escolha selectiva dos titulares para assumirem a coordenação. Com o objectivo de maximizar o trabalho interdepartamental, os departamentos curriculares desdobram-se em conselhos de grupo que, por sua vez, se desdobram em conselhos de disciplina/ano de escolaridade, designadamente, para a realização de tarefas de planificação, aferição dos instrumentos e dos critérios de avaliação. A organização da actividade no seio destas estruturas tem em conta as orientações emanadas do Conselho Pedagógico, sendo a articulação assegurada pelo acompanhamento próximo que se faz do cumprimento do Projecto Educativo, do planeamento dos conteúdos disciplinares, dos critérios de avaliação e pela aferição conjunta dos instrumentos de avaliação e partilha de materiais e recursos pedagógicos. A articulação interdepartamental é ainda inconsistente na promoção articulada dos programas e no combate ao insucesso, muito embora se evidencie ao nível da operacionalização de projectos inscritos no Plano Anual de Actividades.

A articulação interdisciplinar também é garantida através da partilha de responsabilidades e da colaboração entre os docentes, na implementação de actividades e projectos diversos, inscritos no plano de actividades, sendo menos manifesta ao nível dos conteúdos disciplinares. Muito embora os titulares das estruturas denotem capacidade de liderança e um conhecimento das situações de sucesso e insucesso nas diferentes áreas/disciplinas, não foram definidas metas claras e mensuráveis e planos de melhoria globais (e.g., na

maioria dos casos, as medidas educativas são accionadas por imperativo normativo, sem que se perceba uma estratégia que decorra de um plano articulado entre os departamentos e as demais estruturas). A transição entre ciclos é promovida essencialmente pelo serviço de psicologia e orientação, em articulação com os directores de turma, através de uma preparação e integração orientada dos alunos e famílias.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

A supervisão e o acompanhamento da actividade lectiva são assegurados, de forma indirecta, pelas estruturas intermédias, principalmente nos conselhos de grupo/disciplina ou ano. Este processo realiza-se, através da monitorização das planificações, da verificação do cumprimento dos programas, da calibração de instrumentos de avaliação, da aplicação dos critérios, bem como da reflexão sobre os resultados e da redefinição das estratégias educativas. É ao nível das estruturas de coordenação e supervisão pedagógica que é feito um acompanhamento da prática lectiva, muito embora não se alargue ao contexto da sala de aula. Pese embora este facto, não existe um plano formal de acompanhamento para a superação de eventuais dificuldades na relação pedagógica, ou de outros problemas de carácter didáctico. Embora a codocência esteja implementada nalgumas disciplinas não existem mecanismos generalizados e sistemáticos de acompanhamento da actividade lectiva em contexto de sala de aula. A confiança no processo avaliativo é garantida, fundamentalmente, pela existência de critérios e monitorização da sua aplicação (configuração da avaliação) e pela implementação, em cada período lectivo, de testes de monitorização nas disciplinas de cariz mais teórico. A análise dos resultados escolares ocorre em sede das estruturas de coordenação e supervisão, que sectorialmente redefinem estratégias e medidas de apoio, muito embora não seja claramente perceptível o impacto das mesmas e a sua eficácia na melhoria dos resultados.

2.3 Diferenciação e apoios

Existe uma preocupação clara na identificação das necessidades educativas dos alunos e na intervenção, através dos dispositivos criados para o efeito (NAE - Núcleo de Apoio Educativo; GPAS - Grupo Promotor de Acção Social; SPO - Serviço de Psicologia e Orientação e AOPE - Alunos Oriundos Países Estrangeiros - 15 em 2006/07 e 2007/08 e 19 em 2008/08 - e APA/SE - núcleo de apoio pedagógico acrescido e sala de estudo). A Escola disponibiliza, através destes serviços, as respostas educativas mais adequadas, com particular destaque para o trabalho desenvolvido na promoção da integração dos alunos oriundos de países estrangeiros (e.g., actividades pedagógicas de reforço à disciplina de Língua Portuguesa e de integração cultural) e no apoio a alunos e famílias em situação de risco social e com carências económicas (e.g., angariação de fundos/bens para distribuição, apoio a casos de gravidez na adolescência, apoio médico e medicamentoso, atribuição do rendimento social de inserção). A diferenciação pedagógica e apoios ocorrem, ainda, através da implementação das medidas de apoio educativo, previstas na lei, a alunos com necessidades educativas permanentes e aos alunos com dificuldades/insucesso nas áreas curriculares disciplinares e da disponibilização de tutorias, apoios acrescidos e sala de estudo. Não obstante as várias modalidades de apoio, afigura-se como aspecto de maior fragilidade a inexistência de uma monitorização global e abrangente, (e.g., na modalidade sala de estudo, verifica-se uma insuficiência de registos de dados quantitativos e qualitativos, o que não permite medir, com rigor, o impacto e grau de eficácia desta medidas na redução do insucesso escolar).

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

Embora a oferta da Escola contemple as áreas vocacionadas para o prosseguimento de estudos de nível superior, a aposta na diversificação da oferta de cursos de dimensão qualificante foi a estratégia encontrada para responder a uma população escolar de origem social muito heterogénea e com diferentes expectativas. A valorização da componente científica e experimental é fomentada não só através das práticas oficinais/laboratoriais/experimentais, como também pela adesão a projectos relacionados com o ambiente, a saúde, a ciência, em que se destacam as Jornadas das Ciências e Tecnologias, o projecto “Eneias” de monitorização da rede ambiental, o Projecto “Lembra” de promoção de uma alimentação saudável. É de relevar ainda o esforço em se assumir como uma Escola plural e multicultural, empenhada em oferecer uma diversidade de actividades de enriquecimento curricular, através do desenvolvimento de vários projectos de índole social, ambiental, cultural, artístico e desportivo, no sentido de promover uma formação integral dos alunos. Entre as várias iniciativas e actividades destacam-se o investimento feito no desporto escolar (natação,

danças urbanas, golfe, basquetebol), com uma tradição na organização de intercâmbios com outras escolas, que é considerado uma marca distintiva da Escola e, ainda, o grupo “Coral” e o núcleo de teatro “devisa”, ambos com projecção local e regional.

A valorização do conhecimento e dos saberes práticos e profissionais é também um elemento distintivo da Escola, evidenciado, quer pelos cursos que contemplam a formação em contextos de trabalho, quer pelo envolvimento e empenho dos alunos em iniciativas orientadas para a vida activa (e.g., mostra das profissões e visitas de estudo a empresas). A Escola reconhece o esforço e o mérito dos alunos, distinguindo aqueles que alcançam melhores resultados (e.g., Quadro de Excelência).

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

Todos os documentos de planeamento têm em conta as grandes linhas orientadoras do Projecto Educativo, sendo notória a sua coerência e articulação, no que se refere à diversificação da oferta educativa/formativa, que procura responder a diferentes necessidades e expectativas. De uma maneira geral a planificação do ano lectivo é feita atempadamente através do trabalho desenvolvido nos órgãos e estruturas da Escola, responsáveis directos na definição das prioridades educativas e na revisão dos planos de acção. Com o objectivo de tornar o trabalho dos departamentos curriculares mais produtivo, a Escola desdobra estas estruturas em grupos disciplinares e conselhos de disciplina/ano de escolaridade de forma a facilitar não apenas os trabalhos de planificação e coordenação da prática pedagógica mas também o trabalho inter-pares. As áreas transversais são planeadas de acordo com as prioridades definidas no Projecto Educativo e no Projecto Curricular de Escola e concorrem para a educação para a cidadania, para o apoio ao estudo e para outras experiências diversificadas de aprendizagem.

3.2 Gestão dos recursos humanos

A gestão dos recursos humanos assenta no conhecimento das competências pessoais e profissionais do pessoal docente e não docente. Sem prejuízo da constituição e continuidade das equipas pedagógicas, a estabilidade do corpo docente tem permitido ajustar o perfil previamente definido às diferentes tarefas a desempenhar, designadamente a afectação dos docentes às turmas e às direcções de turma. Face a necessidades específicas de contratação de docentes para a leccionação de disciplinas de algumas áreas técnicas dos cursos profissionais, a Escola tem sentido alguns constrangimentos decorrentes da regulamentação a atender para concursos realizados no âmbito da “oferta de escola”.

Não existe um plano formal de integração de profissionais. Porém, quer a direcção, quer os responsáveis pelas estruturas intermédias asseguram o acolhimento e a integração dos novos elementos na comunidade escolar. Perante dificuldades evidenciadas no desempenho profissional, são accionadas algumas medidas que passam pelo acompanhamento individual, pela apresentação de propostas concretas de acções ao Centro de Formação da Associação de Escolas da Póvoa de Varzim e Vila do Conde e por iniciativas pontuais de formação interna. Pese embora estas medidas, a Escola não dispõe de um plano de formação interno destinado a docentes e não docentes.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

Em resultado da inadequação de alguns espaços e equipamentos, a Escola encontra-se em fase final de conclusão das obras de requalificação, realizadas no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar. Terminada esta intervenção, ficará dotada - apesar de alguns disfuncionamentos arquitectónicos identificados pelos responsáveis - de instalações, espaços e equipamento ajustados às suas necessidades. Indo ao encontro do seu lema - Uma Escola de Todos para Todos - passará a dispor, também, das infra-estruturas adequadas à circulação das pessoas com mobilidade condicionada.

De acordo com os testemunhos de diferentes actores da comunidade escolar, é notória a coerência da gestão financeira com o planeamento das actividades, uma vez que estas nunca deixaram de se realizar por falta de suporte orçamental. Importa sublinhar que a Escola tem vindo a captar verbas significativas, para além das provenientes do Orçamento de Estado. Foi assim que, em 2004, por iniciativa interna e com recurso a verbas do

orçamento com compensação em receita, foi construída a piscina existente que, actualmente, é também fonte de receitas próprias.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

A participação dos pais e encarregados de educação é assegurada pela presença destes elementos nos órgãos da Escola em que têm assento. Porém, face às iniciativas da Escola e ao dinamismo evidenciado pela Associação de Pais, o nível de participação e de envolvimento destes actores sociais na vida da Escola faz sentir-se de forma regular, colaborando e assumindo responsabilidades. São disso exemplo, a Escola de Pais, cujo objectivo é mobilizar estes elementos para a participação e dinamização na vida escolar, bem como a participação/colaboração num conjunto de eventos/iniciativas, designadamente, o Dia da Escola, o Grupo Coral, as aulas de dança de salão, as aulas da Escola de Natação “O aquário” e as festas de Natal de final de ano lectivo. Com esta mobilização dos pais, mas também da Autarquia e de outros sectores da comunidade educativa, a Escola agrega um conjunto de actores com os quais se pode associar na procura de soluções para diferentes problemas.

No que concerne ao acompanhamento dos seus educandos, os pais e encarregados de educação são convocados para sessões de esclarecimento/informação com os directores de turma no início de cada ano lectivo e no final dos períodos lectivos. Para facilitar e promover a participação e o envolvimento dos pais e encarregados de educação, os directores de turma procuram marcar a hora de atendimento semanal no horário mais adequado para o efeito, facto que concorre para o nível de participação conseguido.

3.5 Equidade e justiça

Os documentos estruturantes da Escola expressam claramente princípios de equidade e justiça e a concretização das actividades evidenciam os cuidados postos na promoção da igualdade de oportunidades. Os diferentes sectores da comunidade educativa revelam conhecer o lema “Uma Escola de Todos para Todos” e, relativamente a esta matéria, foi claro o testemunho de satisfação evidenciado. As políticas de promoção da igualdade de oportunidades e de inclusão socioescolar são consubstanciadas não apenas através dos auxílios económicos da responsabilidade dos serviços de acção social escolar, do acesso equitativo a diferentes experiências escolares e da diversificação da oferta educativa/formativa, mas também de um conjunto de outras iniciativas (e.g., Jornada de Inclusão destinadas a integrar os alunos com necessidades educativas especiais e portadores de deficiência nas actividades desportivas; projectos de carácter social, como é o caso do Gabinete de Acção Social) tendentes a minimizarem os efeitos das condições sociais e economicamente desfavorecidas de alguns alunos e respectivas famílias.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

Decorrente de um Projecto Educativo, cujo lema é amplamente conhecido e reconhecido pela comunidade educativa, a Escola estabeleceu como prioridade a diversificação da oferta educativa/formativa com o propósito de conciliar as necessidades emergentes – locais e regionais – com as expectativas dos alunos e das famílias. Antiga Escola Técnica e, por isso, com forte tradição na oferta de cursos de natureza profissionalizante, a Escola procura ser uma referência em termos de oferta formativa - destinada a jovens e adultos - e de ligação ao tecido empresarial local/regional. Em termos de desenvolvimento futuro a Escola pretende ajustar e/ou reforçar esta opção estratégica e consolidar, com o recurso a novos espaços e equipamentos, a qualidade do serviço prestado. Pese embora o seu caminho de desenvolvimento futuro estar identificado, ainda não se revela notória a definição, hierarquização e calendarização dos seus objectivos, bem como a definição de metas claras, quantificáveis e avaliáveis.

4.2 Motivação e empenho

Os responsáveis da Escola e das diferentes estruturas conhecem bem as respectivas áreas de acção e revelam, a par dos docentes e não docentes, motivação e empenho para o desenvolvimento das tarefas. Tal situação concorre para a necessária articulação entre os órgãos e partilha de responsabilidades. A direcção empenha-se

na mobilização e responsabilização dos diferentes actores – embora nem sempre com sucesso junto dos alunos – e recorre a diferentes meios/suportes para assegurar os processo de comunicação/informação, designadamente, página da Escola na Internet, Plataforma Moodle, correio electrónico e/ou postal, mensagens SMS (*Short Message Service*), placares, circulares internas. Não obstante a importância destes canais de comunicação, importa destacar o papel dos directores de turma na efectiva garantia de informação, comunicação, envolvimento e responsabilização dos alunos e das famílias.

4.3 Abertura à inovação

A Escola tem procurado promover a integração das tecnologias de informação e comunicação (TIC) quer no ensino e na aprendizagem, quer na gestão e na segurança. Neste âmbito, para além da Página Web e da Plataforma Moodle, a Escola tem vindo a equipar-se com um vasto conjunto de material tecnológico, designadamente computadores (incluindo portáteis, através do Projecto CRIE), projectores multimédia, quadros interactivos, software educativo e/ou de suporte à gestão escolar, rede Wireless, gestor de filas, sistema integrado de gestão de escolas (SIGE), câmaras de vigilância. A abertura à inovação evidenciada pela Escola não se limita aos materiais tecnológicos. Com efeito, perante alguns problemas identificados pela comunidade escolar, tem procurado encontrar respostas inovadoras e adequadas. A título de exemplo, importa destacar duas medidas inovadoras e adequadas para dar resposta a problemas identificados pela Escola: a criação do Gabinete de Acção Social (GAS), cuja acção tem vindo a contribuir para o combate ao abandono/desistência escolar, e a construção de uma piscina, com recurso à mobilização dos apoios necessários, permitindo diversificar a oferta da prática desportiva, promover a iniciação dos alunos à prática da natação e, ainda, a abertura da Escola ao meio, dado ser também utilizada por elementos da comunidade local.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

De acordo com o Projecto Educativo da Escola, a permanente procura de mais-valias implica, entre outros aspectos, a “celebração de protocolos com organismos/instituições que valorizem a Escola no seu ter e no saber”. Para tal, estabeleceu um conjunto de parcerias e protocolos com instituições públicas e privadas que concorrem para a concretização dos seus objectivos. É disso exemplo, a parceria com a Autarquia local que se manifesta na colaboração desta instituição no desenvolvimento de um conjunto alargado de projectos/actividades da Escola (e.g., Mostra de Teatro Escolar, Dia da Escola, Intercâmbios Escolares, programação do Grupo Coral da Escola Secundária Rocha Peixoto, Intercâmbios Escolares, Projectos Europeus *Comenius*). Por outro lado, perante iniciativas da Autarquia, a Escola não deixa de colaborar/participar activamente (e.g., Corta-Mato concelhio, Correntes d’Escritas, Jogos Desportivos Municipais, Projecto Escola da Minha Vida, Vamos Cantar as Janeiras). A Escola mantém, também, outros protocolos de cooperação, nomeadamente com o Movimento de Apoio de Pais e Amigos ao Diminuído Intelectual (Mapadi), a Biblioteca Municipal e Escolas Profissionais da região e, ainda, com um conjunto alargado de empresas e instituições que asseguram a formação em contexto de trabalho no âmbito dos cursos de natureza profissionalizante. A Escola envolve-se, ainda, num conjunto de outros projectos com instituições sociais e culturais (e.g., Instituto Maria da Paz Varzim, Beneficiante, Lares de Terceira Idade da Misericórdia da Póvoa e de Terroso, Filantrópica).

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola

5.1 Auto-avaliação

A auto-avaliação da Escola assenta fundamentalmente no trabalho desenvolvido por uma Comissão de avaliação interna, cuja criação remonta a 2006. Relativamente à composição da equipa, para além da mobilidade dos seus membros, importa sublinhar a sua falta de representatividade por, para além dos docentes, não incluir outros elementos da comunidade educativa. Quanto ao trabalho desenvolvido e ao impacto do mesmo na auto-regulação da Escola ficou bem patente a ausência de uma orientação clara e da definição de objectivos e prioridades, na identificação dos domínios de intervenção. Sendo certo que a sua acção tem incidido, fundamentalmente, no tratamento estatístico e sistematização de dados dos resultados escolares, o que aliás, era prática instituída antes da sua existência, também se constata que, mesmo neste domínio, não foi produzido qualquer relatório analítico, dirigido ao Conselho Pedagógico e às estruturas intermédias de coordenação, onde claramente se identificassem os pontos fortes e fracos para reorientação do

processo, designadamente, para a elaboração de planos de melhoria consistentes. A articulação entre a equipa de avaliação interna e os demais serviços e estruturas da escola é débil, muito embora em 2008/2009 tenha sido produzido um documento de trabalho (Guião conceptual e metodológico), com o objectivo de recolher informação a partir de dados de arquivo, dos registos avaliativos ou dados de opinião (inquéritos).

5.2 Sustentabilidade do progresso

A fase em que se encontra o ciclo avaliativo da Escola e a mobilidade de alguns membros da equipa de avaliação interna não têm contribuído para a existência de procedimentos sistemáticos e de aprofundamento da auto-avaliação. Muito embora se reconheça o esforço na melhoria da prestação do serviço educativo, a não ser acompanhada de uma eficaz monitorização global de processos e resultados, a Escola não estará em condições de promover a melhoria da qualidade do serviço prestado. Neste âmbito, não obstante a Escola possuir um conhecimento empírico e sectorial do seu desempenho, as debilidades, que o actual processo de auto-avaliação evidencia, comprometem a definição clara de estratégias de sustentabilidade do progresso.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos da *Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Rocha Peixoto – Póvoa de Varzim*, (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam a escola e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por:

- **Pontos fortes** – atributos da organização que ajudam a alcançar os seus objectivos;
- **Pontos fracos** – atributos da organização que prejudicam o cumprimento dos seus objectivos;
- **Oportunidades** – condições ou possibilidades externas à organização que poderão ajudar a alcançar os seus objectivos;
- **Constrangimentos** – condições ou possibilidades externas à organização que poderão prejudicar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- As taxas de transição no ensino regular foram, no ano lectivo de 2008/09, superiores aos valores nacionais;
- A diversificação da oferta educativa/formativa, procurando corresponder a diferentes necessidades e expectativas;
- A existência de uma organização flexível das estruturas intermédias que garantem e reforçam a articulação intra departamental;
- A abrangência do currículo no desenvolvimento de projectos e actividades de índole social, desportivo, científico, cultural e artístico;
- A motivação e empenho evidenciados por docentes e não docentes;
- A capacidade das lideranças, perante problemas identificados, encontrar respostas inovadoras e adequadas;

- A multiplicidade de protocolos e parcerias que concorrem para a concretização dos objectivos do Projecto Educativo.

Pontos fracos

- A evolução desfavorável das taxas de desistência no ensino secundário;
- A incipiente participação formal dos alunos na vida da Escola;
- O elevado número de incidentes de natureza disciplinar por parte dos alunos, sobretudo do 3.º Ciclo do Ensino Básico.
- A ausência de metas claras e mensuráveis para a avaliação do trabalho das estruturas de coordenação e supervisão, quer a nível dos processos, quer dos resultados;
- A inexistência de um plano de acompanhamento e supervisão da prática lectiva em contexto de sala de aula;
- A insuficiente consolidação do processo de auto-avaliação.

Oportunidades

- A requalificação dos espaços e recursos materiais da Escola, em resultado do Programa de Modernização do Parque Escolar, poderá permitir melhorar a qualidade dos espaços e equipamentos e, conseqüentemente, o serviço educativo prestado.

Constrangimentos

- A dificuldade de recrutamento de docentes para disciplinas técnicas dos cursos profissionalizantes, resultantes da regulamentação dos concursos realizados no âmbito da “oferta de escola”, poderá condicionar o normal desenvolvimento dos seus planos curriculares.

A Equipa de Avaliação Externa: João António Pereira da Silva, Maria Pia Mendes Barroso, José Augusto Pacheco